



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE IVOTI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

FONE/FAX (51) 3563.1911

PARECER JURÍDICO N° 071/2021

REQUERENTE: Comissão Permanente

ASSUNTO: Projeto de Lei N° 069, "Autoriza a contratação de pessoal, por tempo determinado, para a área de educação".

PROPONENTE: Poder Executivo

Data da Distribuição: 27/09/2021

Data da Votação: _____

1) RELATÓRIO

Trata-se o presente Projeto de Lei que objetiva autorização para a **contratação de pessoal por prazo determinado, 02 (dois) professor de Educação Infantil**, com carga horarias 40h e salários de R\$2.963,95 (dois mil, novecentos e sessenta e três reais e noventa e cinco centavos) pelo prazo determinado de 1 ano, podendo ser prorrogado até 2 anos.

O **Executivo justifica** que a contratação será para atuar nas Escolas EMEIS Bem Querer e Bom Pastor, para substituir duas professoras que solicitaram exoneração. O Executivo informa que a turma escolar precisa de acompanhamento pedagógico educativo imediato o que demanda uma contratação célere.

Não foi apresentada a estimativa de impacto orçamentário, pois o Executivo entende que não há aumento de despesa, uma vez que a mesma estava prevista na Lei Orçamentária aprovada em 2020. Foi informado que as contratações seguirão a ordem de classificação do processo Seletivo Simplificado vigente.

É o relatório.

2) PARECER

Quanto a **competência para iniciativa**, primeiramente ressalto que é **competência exclusiva do Prefeito** Municipal propor projeto de criação de cargos, nos termos do **art. 50, inciso II, da Lei Orgânica** Municipal.



Quanto a **constitucionalidade** do projeto, o fundamento jurídico para a contratação temporária de agentes estatais pela Administração pública, o mesmo encontra-se no **artigo 37, inciso IX, da Constituição da Federal**. O objetivo desse tipo de admissão é atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, no caso o acompanhamento de alunos especiais da rede municipal. O projeto em questão respeita o disposto na Constituição Federal, justifica o excepcional interesse público, relaciona salários a serem pagos e o prazo determinado dos contratos; Importante ressaltar que projeto prevê que os contratos serão regidos por suas cláusulas e, subsidiariamente por analogia pelo Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais; Saliente-se que a contratação temporária **configura permissivo constitucional de exceção**, vinculado à existência de regulamentação própria e adstrita às condições fixadas na Constituição que autorizam sua efetivação, sendo eles: a caracterização da necessidade temporária, o excepcional interesse público e o prazo determinado da contratação. A ausência de qualquer um desses elementos desfigura a contratação temporária e conduz à irregularidade da contratação passível de sanções legais previstas no ordenamento jurídico brasileiro.

O **art. 189 da Lei Municipal 2372/2008**, prescreve que para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado. O **art. 190, inc. V**, desta mesma lei, determina que **se considere como de necessidade temporária de excepcional interesse público**, as contratações que visam atender outras situações de emergência que vierem a ser definidas em lei específica. No caso, a contratação visa atender substituição professores que solicitaram exoneração. Por fim, o projeto indica a **dotação orçamentária** específica para seu custeio, cumprindo o disposto no **art. 191 da Lei Municipal n. 2372/2008**.

Com relação à ausência de **estimativa de impacto orçamentário-financeiro**, de fato, as despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento, **Lei Municipal n. 3361/2020**, e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar nº 101 de 2000. Considerando que esta assessora não possui habilitação e conhecimento técnico em contabilidade, imagina-se que essa análise tenha sido previamente feita pela Secretaria Municipal da Fazenda.

3



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE IVOTI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

FONE/FAX (51) 3563.1911

Quanto ao **quórum necessário**, o **art. 59 do Regimento Interno da Câmara** disciplina que é necessária a presença de pelo menos 1/3 dos membros da Câmara (3) para que ela se reúna e, maioria simples de seus membros para que delibere. As deliberações serão tomadas por maioria dos votos, dos presentes. O quórum especial deverá ser observado em proposições envolvendo alterações da Lei Orgânica e demais assuntos discriminados no §2º do art. 59 do Regimento Interno.

O projeto obedece **aos requisitos de constitucionalidade e legalidade** não apresentando nenhum vício de ordem formal ou material, sendo pelo entendimento da viabilidade técnica jurídica do mesmo, estando apto à votação.

Quanto **ao mérito**, esta assessoria não irá se pronunciar, pois caberá tão somente aos vereadores no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não da aprovação desta proposição, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

3) **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, em atendimento à solicitação de **PARECER**, esta Assessora Jurídica **OPINA** pela **constitucionalidade e legalidade** da proposição e pela regular tramitação do presente Projeto de Lei. Assim, encaminho o parecer para Comissão Técnica para análise, diligências e parecer, cabendo Egrégio Plenário apreciar o seu mérito.

É o parecer.

Ivoti, 27 de setembro de 2021.

Ninon Rose Frota
Assessora Jurídica
OAB/RS 59.122